

O FUTURO DO TRABALHO NO BRASIL



O FUTURO DO TRABALHO NO BRASIL

Apresentação	5
Introdução	6
I - Tecnologia e o desemprego estrutural	8
II - Economia e a destruição de postos de trabalho	11
III - Mercado de trabalho	23
IV - O futuro do trabalho no Brasil	26

Apresentação

A tecnologia e a economia transformam o modo de produção e as relações de trabalho há séculos. O ritmo de mudança é cada vez mais rápido. Especialmente no Brasil, em função da demografia, da dinâmica da economia e da abertura comercial e financeira.

Robôs, computadores, drones, nanotecnologia, biotecnologia e inteligência artificial estão criando novas profissões, acabando com outras e modificando o perfil da demanda de mão de obra. As mudanças na economia, a dinâmica do mercado de trabalho e a reforma trabalhista geram e aniquilam postos de trabalho.

O presente estudo é uma tentativa de antecipar o que ocorrerá nos próximos quinze anos e como a UGT - União Geral dos Trabalhadores - e os demais sindicatos podem contribuir para o bem-estar e a prosperidade do País, tendo como público-alvo os seus membros.

O objetivo é ajudar a entender o que é razoável esperar até 2032, além de propor alguns caminhos para a ação. Evidentemente, diante das constantes alterações provocadas pela tecnologia e pela economia, nem todas as variáveis podem ser controladas. Todavia, lembrando que o futuro é algo que se constrói, uma transformação proveitosa para a sociedade depende em grande medida de atitudes com mentalidade progressista adotadas agora.

Introdução

O trabalho organizado pelos colonizadores no Brasil completará 500 anos em 2032. Embora as primeiras naus portuguesas tenham desembarcado em solo brasileiro em 1500, o início da colonização e do trabalho regular dos imigrantes começou três décadas depois, com a fundação da Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa. Até então, o trabalho se limitava à exploração da mão de obra indígena para a extração do pau-brasil esporadicamente.

Nos séculos seguintes, a maioria dos trabalhadores era composta de escravos africanos e índios, com uma pequena minoria de colonos. Foi um tempo vergonhoso para a história do trabalho no País, marcado por condições sociais desumanas e conflitos violentos e frequentes. No final de século XIX, a abolição e a imigração estabeleceram um novo padrão. A transição de um regime de trabalho para outro se fez com regras que induziam a fixação dos imigrantes e escravos libertos nas fazendas e fortaleciam as relações de dependência. Um exemplo disso é a Lei de Terras, na metade do século XIX, na chegada dos primeiros imigrantes, quando se antecipava o fim da escravidão. O objetivo era evitar que trabalhadores estrangeiros e escravos libertos se tornassem proprietários de terra, fazendo concorrência aos fazendeiros e encarecendo o custo da mão de obra livre.

Aos poucos, as relações de trabalho se tornaram mais justas. Com a crescente urbanização, o princípio da industrialização, a influência dos ideais trazidos pelos imigrantes e a contribuição de Getúlio Vargas, o ambiente de trabalho viveu mudanças que culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Até hoje, a CLT é a principal estrutura jurídica das relações trabalhistas, mesmo com a reforma em curso atualmente.

Hoje em dia, a realidade mostra que a questão dos trabalhadores está longe de estar bem encaminhada. O Brasil tem os requisitos para ser um paraíso: é uma terra com recursos naturais abundantes, capacidade empresarial, um clima que permite múltiplas safras anuais, máquinas prontas para produzir, estoques baixos e um comércio moderno. Mesmo assim, tornou-se um pesadelo para parte expressiva de sua população.

A imagem é assustadora. Se colocássemos os quase 14 milhões de desocupados no Brasil lado a lado e de braços abertos, eles formariam uma linha

de 22.928 km. É uma distância maior que os 22.670 km que compõem o perímetro do País, sendo 15.179 km de fronteiras secas com dez países, e 7.491 km de litoral, do Oiapoque ao Chuí.

Se incluirmos suas famílias e os subempregados, teremos mais de uma volta de cidadãos com problemas num País em que sobram recursos, mas milhões sofrem danos irreparáveis, em sua quase totalidade composta de trabalhadores das camadas mais pobres.

A falta de emprego tem consequências graves, como diminuição da autoestima, deterioração de laços familiares, destruição de lares, perdas patrimoniais – são dezenas de milhares de imóveis retomados por falta de pagamento – e redução do padrão de vida, que, em alguns casos, é a porta para a miséria.

A demora na retomada do emprego é atroz para as esperanças de uma vida em consonância com as possibilidades do País. Ainda mais assustador é o consenso que se está formando de que a economia está tendo o melhor desempenho possível, considerando as condições existentes, e que o emprego virá a reboque do crescimento, devagar e defasado.

Esse consenso é perigoso, pois não é verdadeiro. É possível acelerar a retomada do emprego e da economia. É fato que o Poder Executivo melhorou a condução da economia em alguns aspectos, mas também é fato que seu desempenho até agora foi fraco. O número de desempregados aumentou, o déficit primário subiu, a dívida pública se avolumou e as classificadoras de risco internacionais alteraram para negativa a perspectiva do crédito soberano do País.

A prioridade da atual política econômica é manter a solvência do Estado. Que é importante e necessária. Entende-se que, dessa forma, o crescimento virá como consequência. A questão da desocupação, porém, é tratada como residual. Deve ser destacado que a saúde das contas públicas é um meio para o bem-estar da sociedade – e não o contrário.

Para o saneamento das finanças do governo estão sendo usados dois instrumentos: o ajuste fiscal e a reforma da previdência. A qualidade do aperto de gastos é baixa, houve um contingenciamento falho nas despesas discricionárias, como cortes para a emissão de passaportes e para a Polícia Rodoviária, a previdência aumentou de peso, mas o inchaço da folha de pagamentos do governo é o que mais se agravou.

A reforma da previdência é necessária, mas a apresentada até agora é tímida, trata apenas do setor privado, quando o problema principal é o público.

Outro ponto é que, a curto prazo, ela diminui a oferta de novas vagas, pois os trabalhadores atuais vão ficar mais tempo na ativa, ocupando vagas de trabalho, até se aposentarem. É mais um agravante na questão do desemprego.

É fato, o País vai crescer neste ano e nos próximos, mas isso já era o projetado há mais de dois anos. A atual equipe econômica tem capacidade de execução, conseguiu aprovar todas as medidas que propôs, mas apresenta desacertos na formulação da estratégia de reativação do emprego e da atividade.

Uma parte do problema do emprego é conjuntural e outra é estrutural: em idade ativa, apenas um cidadão em cinco tem carteira de trabalho assinada. Além disso, a concentração de renda no País é uma das dez piores do mundo.

A grosso modo, o emprego e sua remuneração dependem da produtividade do trabalhador, da quantidade de postos de trabalho e da distribuição funcional de renda, que é quanto do total produzido pelo trabalhador fica para ele e quanto vai para os proprietários dos outros fatores de produção.

Neste estudo, as principais variáveis analisadas para entender a dinâmica entre produtividade, postos de trabalho e remuneração são: tecnologia, economia e mercado de trabalho. Cada uma delas corresponde a uma das próximas três seções. Em seguida, finalizando o estudo, vem uma parte dedicada ao futuro do trabalho.

O futuro do trabalho no Brasil pressupõe mais produtividade por trabalhador empregado. A revolução tecnológica é um fato irreversível. Pode implicar em mais postos de trabalho e salários maiores, ou mais desemprego e arrocho salarial, depende da combinação entre economia, mercado e tecnologia.

Quando uma máquina duplica ou triplica a produtividade de um operário, a mesma quantidade de produto é feita com uma ou duas pessoas a menos. Disso surgem três questões: 1- se uma parte desse aumento é repassada aos salários; 2- se o ganho de produtividade induz à geração de mais postos de trabalho; 3- se há uma adequação da mão de obra ao uso da máquina.

A economia gera e destrói postos de trabalho, criando condições para aumentos reais de salários, mas também para a sua diminuição. Como a combinação entre a evolução da tecnologia e a dinâmica da economia vai influenciar o mercado de trabalho é o objeto deste estudo. A tecnologia é o tópico da próxima seção.

I - Tecnologia e o desemprego estrutural

Avanços tecnológicos no Brasil e no mundo estão criando novos empregos e profissões, destruindo outros e mudando o perfil da demanda de mão de obra e da estrutura produtiva. Inovações como Google, Airbnb, WhatsApp, Uber, a inteligência artificial, os drones e os robôs estão aumentando as possibilidades de consumo e a produtividade do trabalho.

Pesquisar no Google é mais rápido do que ir até uma biblioteca, a concessão de um financiamento por um algoritmo é mais veloz e objetiva do que por um comitê de crédito, um diagnóstico médico à distância economiza tempo e custos de transporte. A lista é longa.

Em todas as situações, com as tarefas que envolvem a adoção de uma inovação tecnológica, há um aumento de produtividade ou, o que é o mesmo, uma quantidade de trabalho menor por unidade de produto. Há também uma mudança na estrutura produtiva e uma necessidade de qualificação para a realização das novas atividades.

Não é um processo homogêneo, varia de país a país, de setor a setor e de empresa a empresa. Ele impõe mudanças na forma de trabalhar e nos atributos necessários para exercer uma atividade produtiva. Algumas atividades e setores são mais afetados do que outros. Ocupações rotineiras e repetitivas tendem a ser eliminadas pela tecnologia. Profissões como datilógrafos e vendedores no varejo estão propensas a desaparecer, enquanto outras mais analíticas, como editores e treinadores esportivos, vão durar mais, pois são as mais difíceis de serem substituídas por robôs e computadores.

O desemprego aumenta quando a destruição de empregos pela tecnologia é maior do que os postos de trabalho criados por ela. A direção da mudança não é inequívoca, mas uma antecipação das mudanças reduz incertezas para adotar estratégias convenientes.

O raciocínio é que o crescimento da produtividade pela tecnologia vai aumentar a renda real dos trabalhadores e a demanda de mais bens e serviços por ele, o que por sua vez criará novos empregos. É fato que isso acontece em determinados setores e países.

Todavia, isso não quer dizer que seja algo que ocorra sempre. Depende se o aumento de produtividade é transferido aos salários, se a geração de empregos é maior do que a eliminação e se as novas posições podem ser ocupadas pelos trabalhadores deslocados pela tecnologia.

O aumento da produtividade é condição necessária para um maior bem-estar da sociedade, mas não é suficiente. Um caso muito analisado é o processo de industrialização na Inglaterra, onde se mostra que, nos primeiros sessenta anos, a melhora nos salários ficou bem aquém dos ganhos de produtividade.

Além dos avanços regulatórios, são necessários investimentos em educação, para aumentar a produtividade do capital humano, assim como criar novos postos de trabalho.

Fazendo um paralelo, um operador com um computador pode substituir com mais precisão o trabalho de dezenas de calculistas. A produtividade desse um é dezenas de vezes maior e faz com que dezenas de pessoas menos uma deixem de ser necessárias para efetuar os cálculos. Entretanto, não necessariamente os ganhos de produtividade serão repassados a ela.

Outro exemplo emblemático é o da bússola, que, na época de sua invenção, foi uma melhoria que possibilitou as grandes navegações, mas, depois do desenvolvimento do GPS – Sistema de Posicionamento Global –, virou peça de museu. Dispositivos utilizando o novo mecanismo de localização possibilitaram ganhos científicos e comerciais.

Para os países com um desempenho aquém do potencial, a não adaptação cobra seu preço, e o Brasil é um deles. O uso da biometria ilustra o ponto. Avanços recentes permitem o reconhecimento rápido e preciso de pessoas pela voz, retina, impressões digitais, desenho facial e pulso. Todavia, sua adoção no País está se tornando um ônus a mais em vez de um ganho de produtividade.

A Justiça Eleitoral, o DETRAN, as Polícias e algumas instituições financeiras estão adicionando a seus bancos de dados as diferentes características físicas dos cidadãos, multiplicando as mesmas informações em diversos registros.

Uma alternativa mais moderna seria a implantação de um único cadastro nacional de pessoas, com todos os dados biométricos e documentação – RG, CPF, PIS, título de eleitor e outros. Com um só número ou a aferição de uma característica física, cada cidadão poderia ser reconhecido com segurança.

Com isso, o País teria um sistema de identificação confiável para toda a sociedade em suas atividades públicas e privadas, que poderia ser utilizado para certificações, prontuários médicos, controles de entrada, prevenção de fraudes e transações financeiras. Como isso não é feito, todos saem perdendo – dito de outro modo, todos acabam gastando mais e perdendo mais tempo.

Avanços tecnológicos também permitem que a forma de trabalho mude. Trabalho à distância e fragmentado. Ilustrando, a Amazon tem um site, Mechanical Turk, que coloca a execução de tarefas em períodos fragmentados à disposição de uma rede de trabalhadores não especializados, o que lhe permite reduzir gargalos de mão de obra.

Os ganhos de produtividade variam de empresa a empresa e, em alguns casos, aumentam a produtividade dos trabalhadores nesses postos de trabalho. Em outros, significam apenas mais desemprego. A conta a ser feita é que a criação de novas vagas tem que ser igual ao número das eliminadas mais o aumento da força de trabalho.

Note-se que o Brasil é uma economia aberta e que se os ganhos de produtividade gerados pela tecnologia não forem incorporados, a indústria nacional perde competitividade em relação ao resto do mundo, torna-se obsoleta.

Abro parênteses para lembrar que a perda de produtividade também se dá em função de variáveis econômicas. A obsolescência ocorre quando a velocidade de mudança externa é maior do que a interna. A demora em se adaptar e incorporar ganhos de produtividade, no passado, implicava numa velocidade de crescimento mais baixa que a potencial. Atualmente, implica na perda de mercado interno para produtores externos. Em oposição, progresso é o processo de adaptação a um estado mais avançado e maior geração de riqueza dentro do País.

Relembre-se que a tecnologia cria e destrói empregos, formas de trabalhar, profissões, produtos, mercados e consumidores. Guardadas as proporções, o mundo vive uma transformação semelhante ao que aconteceu na Era das Revoluções, no final do século XVIII, quando ocorreram mudanças importantes em vários campos, com destaque para as políticas e as da produção, com a industrialização.

Atualmente, no Brasil, vivemos transformações tecnológicas – que acabamos de analisar – e econômicas, que constituem o objeto da próxima seção. Conjuntamente, essas duas esferas de transformações vão revolucionar o trabalho.

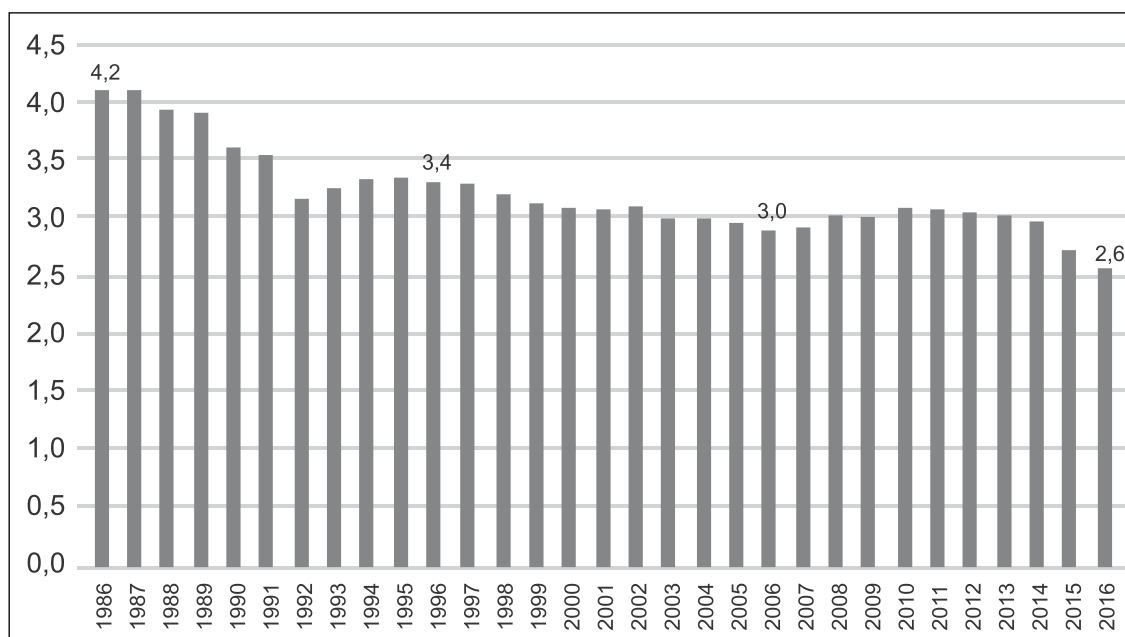
II - Economia e a destruição de postos de trabalho

Daqui a quinze anos, quando serão completados cinco séculos de colonização no Brasil, as relações de trabalho estarão consolidando uma transformação radical. Para analisar as mudanças, vale a pena estudar o passado recente e compará-lo ao que aconteceu em outros países.

A dinâmica da economia é responsável pela criação de empregos, sua composição e, parcialmente, por sua remuneração – o outro fator, a dinâmica do mercado de trabalho, é objeto da próxima seção. Tudo o mais constante, quanto mais cresce uma economia, maiores são a renda e a demanda de mão de obra.

Nesse sentido, o desempenho do Brasil é fraco. O País cresceu nas últimas décadas, todavia, menos que o restante do mundo. Há trinta anos, o PIB do Brasil respondia por 4,2% do PIB mundial; há vinte, esse valor caiu para 3,4%; uma década depois, reduziu-se para 3,0%; e o ano passado terminou em 2,6%.

Gráfico – Participação do PIB trimestral do Brasil no mundo



Fonte: FMI

Outra forma de colocar a questão é que se o Brasil tivesse crescido na velocidade média do restante do mundo, estaria com um PIB 61,5% maior, e uma renda média por habitante 61,5% mais alta também. Note-se que, nesse mesmo período, a Bolívia e o Chile aumentaram sua participação. Em 1986, o Brasil tinha um PIB equivalente a 68 vezes o da Bolívia, e trinta anos depois, a proporção caiu para 40; com o Chile, em três décadas, a razão foi reduzida de 17 para 7 vezes. Com a China, o caso é mais dramático: há trinta anos, o PIB do Brasil era 17% maior do que o chinês, mas, no ano passado, o total produzido lá foi 578% maior do que o brasileiro.

Com menos crescimento, tudo o mais constante, há menos emprego e uma massa salarial menor. As causas de um desempenho fraco são várias. Inclui, entre outras coisas, em ordem alfabética: agências reguladoras, burocracia, cartórios, competitividade, concessões, corrupção, custo Brasil, dívidas públicas, educação, estatais, estrutura fiscal, gratuidades, inclusão, infraestrutura, inserção externa, judiciário, orçamento, privatizações, privilégios, produtividade, saúde, segurança, transparência e tributação. Por trás de todas, está uma política econômica fraca e uma visão reacionária dos governos e do empresariado brasileiro.

A indústria de transformação é um exemplo emblemático de por que o Brasil cresce pouco. Na última década, subiu a metade da taxa do que o restante da economia nacional. Perdeu mercados no exterior, e, o que é pior, também perdeu mercado aqui dentro para estrangeiros, que produzem em seus países e exportam bens e serviços para cá, e no final das contas, o Brasil exporta postos de trabalho, que são fechados aqui e abertos lá.

Ilustrando o ponto: nos Estados Unidos, de 2010 a 2015, o emprego no setor de tecnologia, de acordo com o Federal Reserve Bank of St. Louis, cresceu 20,3% e os salários subiram 20,8%. Empresas como Apple, Amazon, IBM, Google e outras destacaram-se no país do Norte. Aqui, no mesmo período, algumas indústrias de mais valor agregado foram fechadas.

Para reverter esse quadro, os industriais pedem medidas que dão fôlego a curto prazo, como benefícios fiscais, créditos subsidiados, controle de importações e medidas de “defesa” comercial. A ausência dos temas “reformular, modernizar, desburocratizar e avançar” sobre outros mercados chama a atenção.

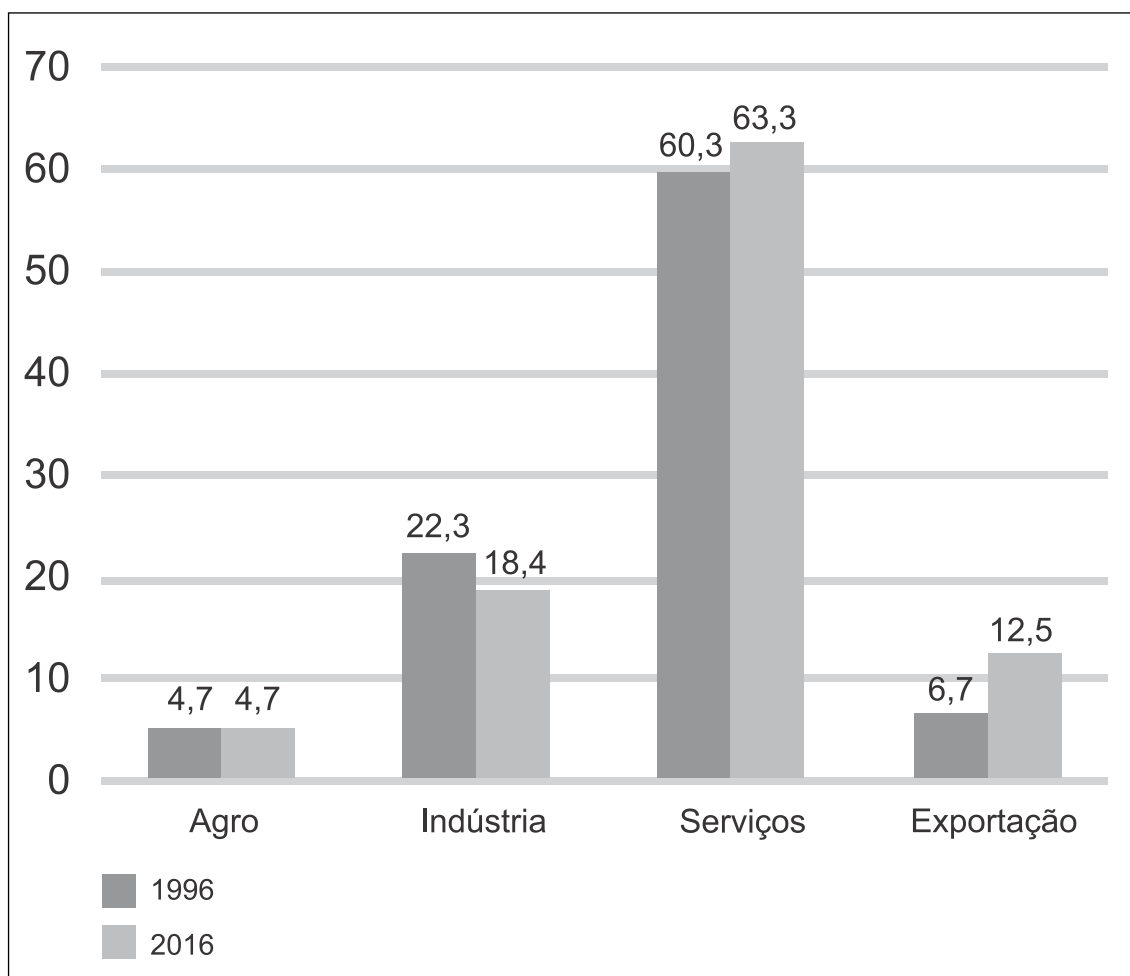
Um exemplo: no crédito, o Brasil tem o segundo pior custo de financiamentos do mundo, com os agravantes de que as estatísticas do Banco Central subestimam a taxa média do crédito, usando uma metodologia que combina

saldos com concessões. Há uma instabilidade de juros cobrados e limites que aumentam a inadimplência, além de os prazos serem curtos, agravando a volatilidade. Atualmente, 5,1 milhões de empresas, em um universo de 8,5 milhões, têm anotações de atrasos em pagamentos.

Um despautério, mas insiste-se em soluções que já não deram certo e não darão nunca, como linhas subsidiadas para o setor, em vez de uma reforma no sistema.

A composição do PIB também mudou. Nos últimos vinte anos, observou-se estabilidade na participação do agro, um crescimento do setor de serviços e um encolhimento da indústria. A abertura comercial do País praticamente dobrou, passando de 6,7% do PIB para 12,5%. Mesmo assim, o grau de abertura do Brasil é a metade da média mundial.

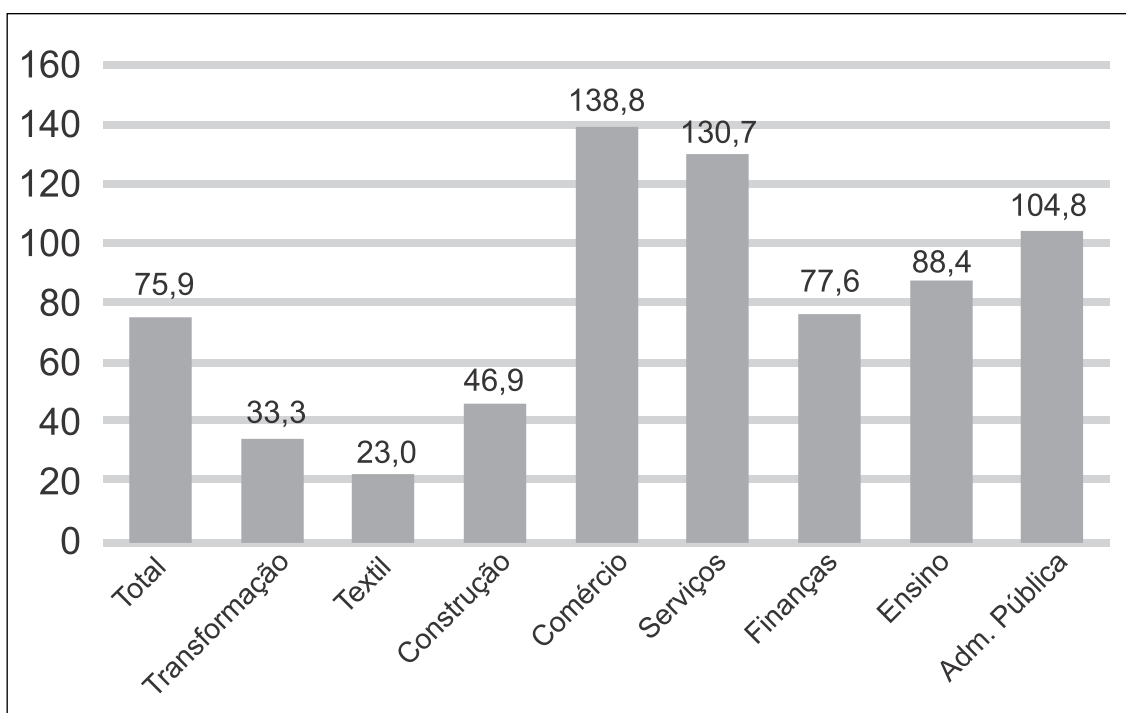
Gráfico: Participação de setores no PIB



Fonte: IBGE

Nesse mesmo período, a composição do emprego também mudou, enquanto o número de empregados no comércio subiu 138,8%, os postos de trabalho na indústria têxtil aumentaram 23,0%, seis vezes menos. O crescimento em cada área reflete o aumento da produção do setor e da produtividade de cada empregado.

Gráfico – Crescimento do emprego em %, de 1996 a 2016



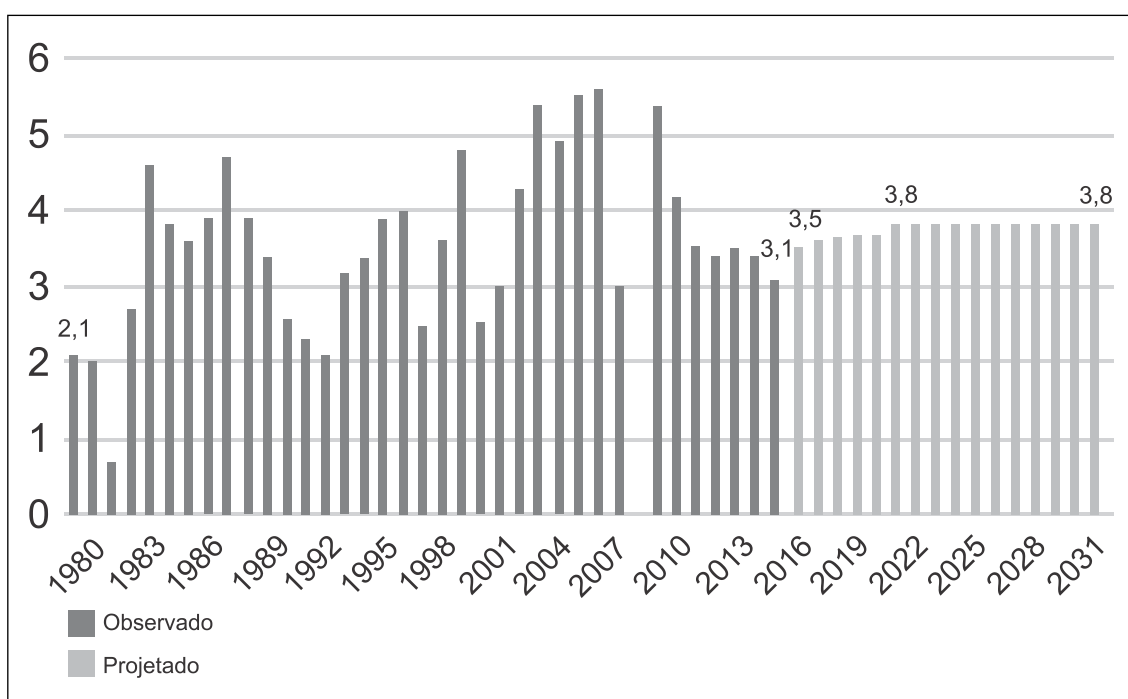
Fonte: BCB

O aumento da produção de bens e serviços, nos próximos anos, também depende de três fatores: 1- o cenário externo, 2- o produto potencial e 3- a política econômica adotada. Um destaque é que as projeções pressupõem a inexistência de riscos grandes para o crescimento, internacionais ou nacionais, o que parece ser o caso, atualmente.

O cenário mundial para os próximos anos é favorável ao Brasil, com um crescimento do PIB mundial acima de sua média histórica, com juros internacionais baixos e preços de commodities em alta. Historicamente, as taxas americanas de curto prazo, a Libor de seis meses, ficavam num patamar da ordem de 4% ao ano, e as de longo prazo, 30 anos, dois pontos mais elevados. As projeções são de que, nos próximos, vão ficar em patamares dois pontos mais baixos, em média. Isso significa que os custos de captação e rolagem de dívidas externas para o Brasil continuarão baixos.

Os preços das commodities, em média, apresentam um leve viés de alta, em função do crescimento maior da economia mundial e, conseqüentemente, da demanda maior de matérias-primas e alimentos. Em média, o PIB mundial, desde 1980, cresceu a uma taxa de 3,5%, ao ano; o ano passado, a expansão foi de 3,1%, e para este, a projeção do FMI é de que terá uma expansão de 3,5%. Para os seguintes, taxas crescentes, até alcançar 3,8% em 2022. A partir de 2023, é assumido que a expansão continuará nesse patamar até 2032.

Gráfico: Crescimento do PIB mundial



Fonte: FMI e RLT

Nas projeções do FMI, o comércio mundial deve crescer a uma taxa levemente superior à do PIB, apontando para um grau de abertura maior da economia mundial, apesar dos reveses recentes como o Brexit – a Inglaterra saindo da União Europeia – e o neoprotecionismo norte-americano de Donald Trump.

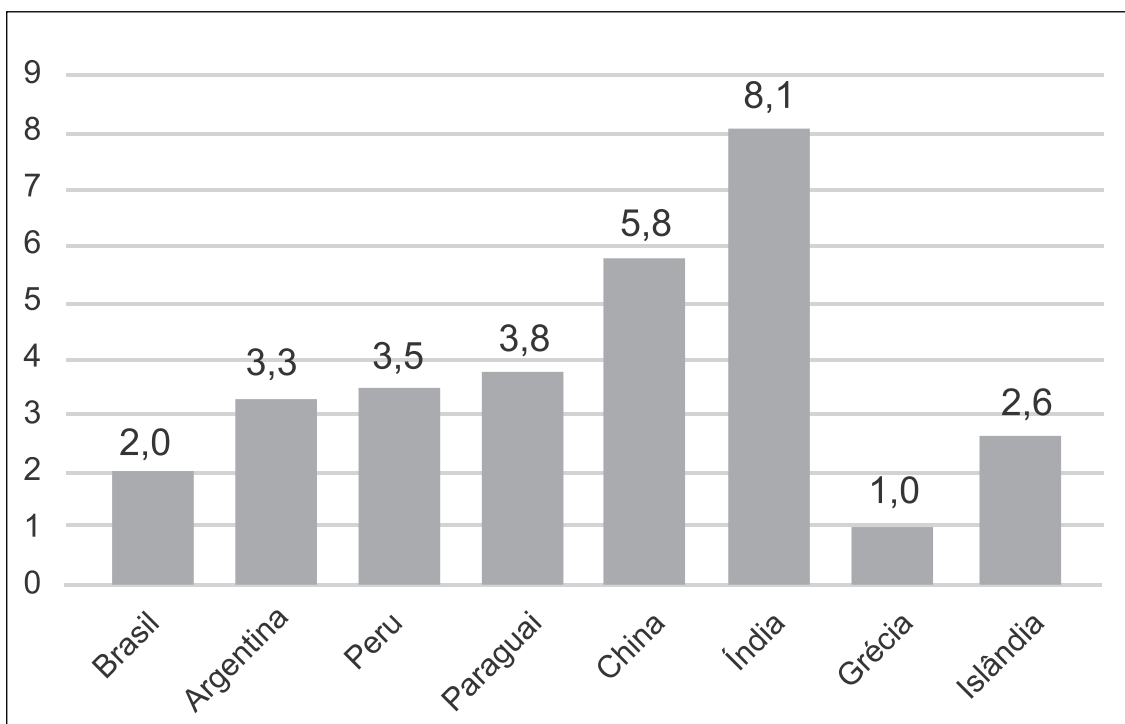
O crescimento mundial será assimétrico. Se nada acontecer, alguns países crescerão a taxas elevadas, como a China e a Índia; outros, a taxas baixas, como os da zona do Euro e os Estados Unidos; e outros, a taxas intermediárias, em que estão incluídos alguns países da América Latina. O desempenho dessas economias está associado à qualidade das políticas econômicas e à atuação dos parceiros comerciais.

Nesse contexto, o Brasil tem um intercâmbio comercial expressivo e crescente com a China, o que favorece sua economia, pois indica um aumento das exportações para esse destino. A Argentina também deverá começar a crescer a partir de 2017, o que estimula as exportações brasileiras, com destaque para as industriais. Em resumo, o cenário externo é positivo, com fluxos financeiros abundantes, preços de commodities com viés de alta e expectativas positivas com relação ao futuro.

O segundo fator determinante do crescimento de um país é o produto potencial, que é quanto um país produziria se todos os seus recursos fossem utilizados – não houvesse nem desemprego nem capacidade ociosa. Isso depende de vários fatores, como instituições, recursos naturais, produtividade da mão de obra, dinâmica fiscal, acesso a mercados, oferta de crédito, eficiência do judiciário, termos de troca e educação, entre outros.

Há mais de uma maneira de aferir seu valor, mas as estimativas para os próximos anos apontam para algo entre 2,0% e 2,5%. É o que deve acontecer se tivermos as correções de apenas alguns problemas. Uma análise comparativa mostra que o produto potencial do Brasil é baixo e é afetado por reformas (ou sua ausência), por investimentos (ou sua falta) e pelas políticas aplicadas.

Gráfico – Produto potencial de países selecionados



Fonte: FMI – Projeção de crescimento do PIB para 2022

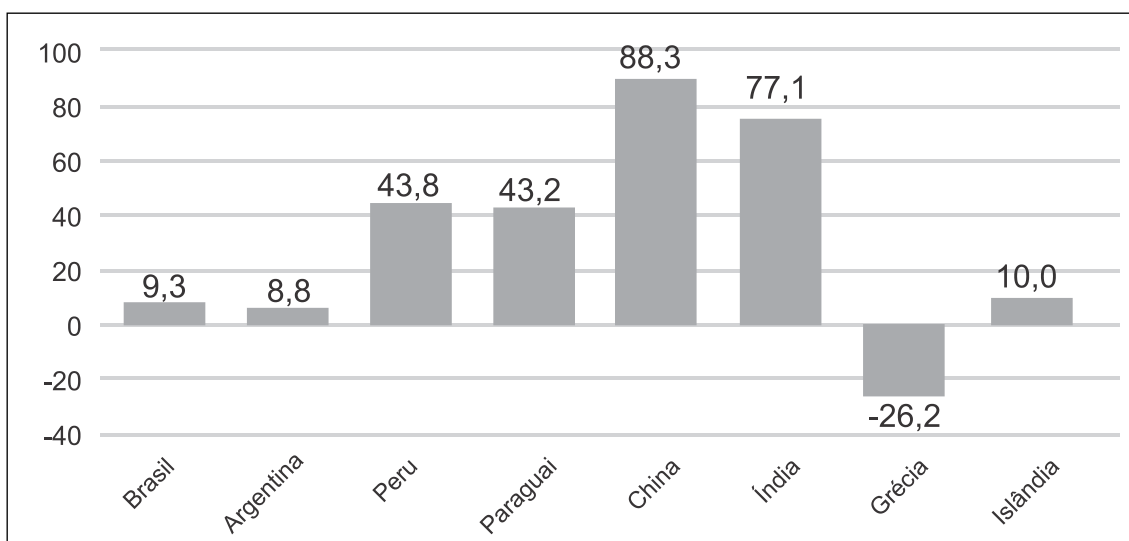
O terceiro fator que determina o crescimento de um país é a sua política econômica, que pode ser definida como um conjunto de ações tomadas pelos governantes para atuar e influir sobre a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços ao longo do tempo. Depende do projeto de país almejado, da exatidão do diagnóstico do que fazer para crescer e da capacidade de execução do governo.

Boas políticas econômicas fazem acontecer. Contribuem para que alguns países tenham um desempenho melhor do que outros, conseguem taxas de crescimento maiores de suas economias, inflação mais baixa e distribuição de renda mais justa em condições mais adversas que outras. Também ajudam empresas a conseguirem resultados melhores com boas interpretações de mercados e gestores de investimento a obterem mais rentabilidade com menos risco.

O gráfico abaixo mostra o crescimento no pós-crise de 2008 de economias selecionadas. Algumas observações são relevantes. A primeira é que há uma correlação entre as variáveis desse gráfico e do anterior, uma elevação do produto potencial é um fator importante, senão o mais importante para o crescimento. Segunda, que algumas políticas são melhores do que outras, basta comparar o desempenho de Peru e Paraguai com o da Argentina e Brasil.

Outro destaque é a atuação da China, da Índia e do Brasil: os três são países continentais com grandes diferenças e problemas. Mas, os asiáticos têm um desempenho indiscutivelmente melhor em crescimento e inclusão social.

Gráfico – Crescimento acumulado do PIB 2009 a 2016



Fonte: FMI

Os casos da Islândia e da Grécia são emblemáticos. O choque nos dois países foi forte, mas, enquanto a Grécia adotou a austeridade para superar os problemas e focou apenas na solvência, a Islândia escolheu fazer acertos específicos. Os resultados mostram que a solução helênica deixa a desejar quando comparada com a islandesa. O desemprego no país do Mediterrâneo está na casa dos 25%, já no país do Atlântico Norte, situa-se em 4%.

A atual equipe econômica brasileira está focada em garantir a solvência do Estado, que é importante e necessária, e coloca o emprego como uma consequência após a solução da sustentabilidade da dívida pública.

As falhas em conseguir um desempenho melhor estão em um diagnóstico equivocado, ao não incluir as distorções financeiras do setor privado e o desenho de um projeto Brasil consistente, que não existe nem dentro nem fora do governo.

Tão importante como quanto crescer é como crescer e para quem crescer. Ilustrando o ponto com a tributação: atualmente, há aplicações financeiras que não pagam impostos e a alíquota máxima de imposto de renda em renda fixa é de 22,5% sobre o rendimento. Já as alíquotas para o trabalho chegam a 27,5% sobre o rendimento. Ou seja, quem vive de juros paga menos impostos sobre a sua renda do que aquele que é assalariado.

Na mesma linha, congelou-se a tabela do imposto de renda no último ano. Dessa forma, em função dos aumentos para compensar a inflação passada, aumentou-se a carga tributária efetiva para as pessoas de renda mais baixa, ficando proporcionalmente maior do que para as mais ricas.

Na saúde, foca-se na medicina curativa, que é cara, e pouco na preventiva, que é mais eficiente e barata. A solução é trabalhar com orçamentos baseados em desempenho social. Na educação, ocorre algo semelhante: concede-se um ensino gratuito de maneira universal, mesmo considerando que parte dos alunos pertence a um extrato de renda que tem capacidade de pagar pelos benefícios concedidos.

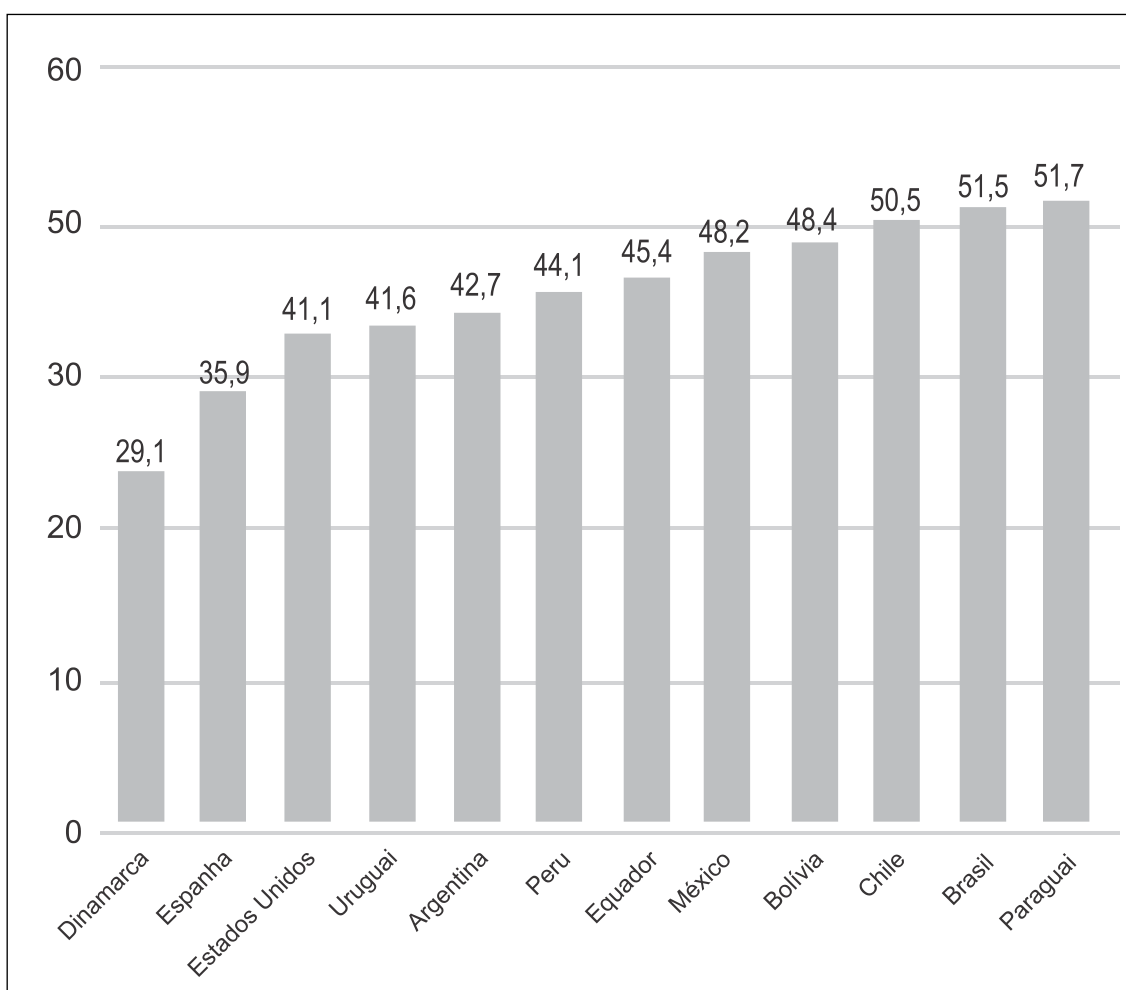
O ponto é que a política econômica pode ser aprimorada, para melhorar a distribuição de renda e o emprego. A curto prazo, são necessárias ações para incrementar as condições operacionais das pequenas e médias empresas, que são as que geram mais empregos e as mais afetadas pela crise. O ajuste fiscal pode ser aperfeiçoado com medidas como o congelamento dos salários do funcionalismo e o aumento da tributação sobre rendimentos de aplicações de renda fixa.

O Futuro do Trabalho no Brasil

Para um crescimento vigoroso, é imperante ter uma agenda de reformas mais ambiciosa, pois a apresentada até agora trata apenas parcialmente da previdenciária e da trabalhista. Além de aprimoramentos nessas duas, poder-se-ia avançar em outras, como a administrativa, a bancária, a cambial, a fiscal, a do judiciário, a tributária e a política. É possível fazer mais, sim.

É necessário um projeto que favoreça a distribuição de renda. O Brasil, apesar dos avanços dos últimos anos, que estão regredindo com a crise, apresenta índices de concentração ruins. No gráfico abaixo, o índice de Gini de alguns países mostra que, relativamente, o Brasil está mal na foto. Seu valor varia de 0 a 100, em escala percentual. Sendo que quanto maior o valor, pior é a distribuição. De maneira geral, os países com maior número de habitantes ricos são os que têm uma distribuição mais justa.

Gráfico – Índice de Gini

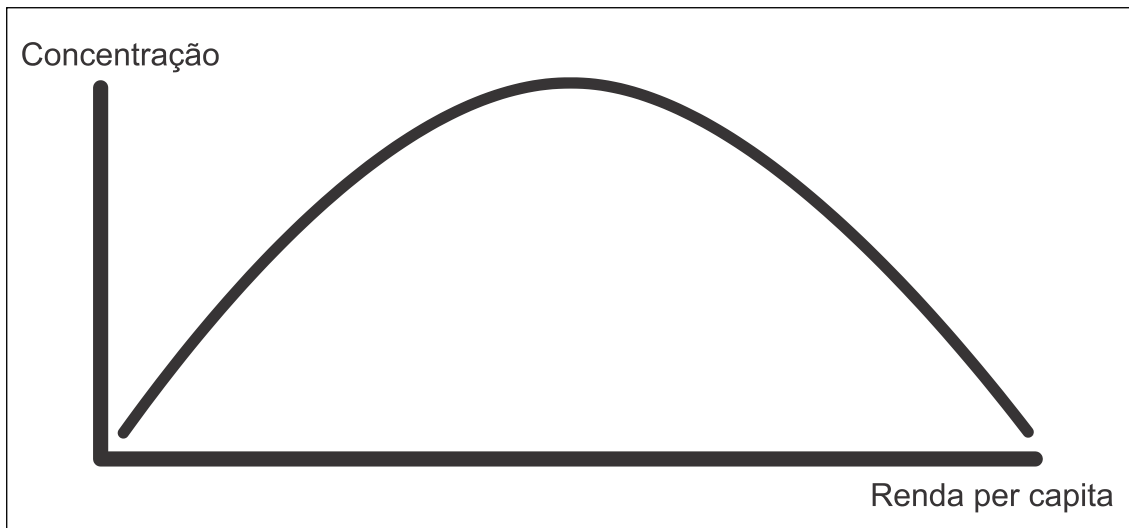


Fonte: Banco Mundial

A evidência empírica mostra que a relação entre concentração e nível de renda per capita é representada por um “U” invertido, também conhecido como a curva de Kuznets.

A observação feita em alguns países desenvolvidos é que, ao longo de sua história, a concentração de renda aumenta até um determinado valor, e depois, à medida que continua crescendo o PIB, há uma diminuição da concentração. Uma analogia do “U” invertido é a “teoria do bolo”, em que o crescimento antecede a distribuição.

A curva de Kuznets, o “U” invertido



A explicação é que o desenvolvimento é iniciado pelas esferas mais dinâmicas da economia. Em um primeiro momento, esses setores aumentam sua renda e sua participação no “bolo”, mas após um determinado ponto, vão absorvendo mão de obra dos demais setores e aumentando sua produtividade (leia-se inserção produtiva na economia) e, com isso, elevam sua remuneração desconcentrando a renda.

É inconcebível que em um país com tantas oportunidades como o Brasil, com um povo tão generoso, essa situação perdure. É um problema antigo, que vem desde a época das capitâneas hereditárias, que centralizavam o poder econômico e político no capitão-mor.

O viés regressivo se observou nos ciclos agrícolas posteriores e na política de industrialização, privilegiando grandes grupos. Apesar de avanços, o modelo econômico vigente estimula a concentração: os casos da educação e da tributação, levantados acima, ilustram o ponto.

Os dispêndios com um aluno de uma universidade pública são, em média, doze vezes maiores do que com um do ciclo básico. Todavia, recusa-se a cobrar do estudante do Ensino Superior, que faz parte de uma minoria seleta, com capacidade de pagar por seus estudos, e deixa-se de investir no Ensino Básico, que capacitaria muito mais alunos a entrarem na universidade.

Agravando o quadro, boa parte dos recursos para custear educação superior gratuita vem do ICMS, um imposto em que as classes mais baixas contribuem proporcionalmente mais; o resultado é que os mais pobres pagam pela educação dos mais ricos.

O viés concentrador na estrutura tributária é forte. Permite que os ricos contribuam proporcionalmente menos do que os pobres; os impostos oneram mais a horizontalização da produção, favorecendo grandes empresas verticalizadas. Note-se que a concentração empresarial é maior do que a de renda no Brasil.

A tributação do crédito é outro exemplo emblemático: incide mais por Real emprestado quanto menor for a operação e há aplicações que não pagam imposto de renda; aquele que tem dívidas paga mais imposto do que a pessoa que tem aplicação, um caso único no mundo. Os exemplos ilustram que a política econômica contribui para que o rico fique cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. Há outros fatores com esse viés.

O Brasil é um país rico, tem capital humano e riquezas naturais abundantes, mas tem que se tornar mais próspero, um conceito dinâmico que se refere à capacidade de gerar bens e de autoperpetuar essa condição.

Os países mais desenvolvidos formularam políticas para aumentar a inserção produtiva e, dessa forma, impulsionaram o crescimento. Todos têm um nível de renda alta porque fomentaram a inclusão. Além de ser uma questão de justiça social, é também um fator de desenvolvimento sustentável fundamental. A evidência empírica é esmagadora nesse sentido. Não há um único país avançado que não tenha adotado políticas de inclusão produtiva para crescer.

A agenda do paradigma de inserção produtiva é extensa e inclui melhorias na educação, revogação de privilégios, crédito responsável, tributação progressiva, desburocratização, mobilidade, inclusão digital, judiciário mais célere, previdência mais justa e microempreendedorismo.

O objetivo é criar um círculo virtuoso de incorporação da base da pirâmide social, aumentando sua produtividade para ter mais crescimento. Gerar recursos para promover mais inclusão.

O Futuro do Trabalho no Brasil

Note-se que o governo está atualmente propondo a reforma trabalhista, para dar mais produtividade sistêmica ao Brasil. Todavia, outros aspectos, como mudanças na estrutura tributária que teriam impactos maiores na eficiência do País, sequer estão na agenda.

Além disso, por serem reformas parciais, se não forem acompanhadas de outras medidas, podem piorar a distribuição de renda e o mercado de trabalho, que é o objeto da próxima seção.

III - Mercado de trabalho

Uma questão central na teoria econômica é o preço e a quantidade de equilíbrio nos mercados, em geral e no de trabalho mais especificamente. São resultados das ações da oferta e da demanda, que interagem de modo a apresentar resultados muito distintos em cada mercado, pois cada um tem características específicas de produtos, condições tecnológicas, acesso, informação, tributação, regulamentação, participantes e localização no espaço e no tempo, que o tornam único.

Vale para o mercado de tomates, o financeiro e o de trabalho. Outro ponto importante para a política pública é a eficiência dos mercados, que pode ser definida de várias maneiras. Uma delas é a afirmativa de que uma alocação de recursos é eficiente, quando não é possível melhorar a situação de um agente sem piorar a de outro. O conceito pode ser visto de uma maneira estática, em um determinado ponto no tempo, ou dinâmica, que é ao longo do tempo.

Em quase todos os mercados existem ineficiências, em graus maiores e menores, que são causadas por restrições tecnológicas, tributação, restrições regulatórias, falta de transparência e barreiras à entrada, entre outras, que oneram toda a sociedade pelas distorções - em alguns casos, com a dissipação de recursos de todos e em outros, beneficiando poucos.

A implicação no mercado de trabalho é que, quanto mais eficiente ele for, mais vagas de emprego estarão disponíveis. Um ponto importante é que o mercado por si só não garante a eficiência. O princípio de livre mercado é um dos mais sedutores da literatura econômica. Assegura que promove a eficiência, respeitando a liberdade, deixando que preços e quantidades de bens e serviços sejam determinados pela interação das ofertas e demandas de consumidores e produtores sem a intervenção dos governos.

É usado para defender a desregulamentação do mercado de trabalho e da intermediação financeira. Dessa forma, alocariam recursos de forma mais eficiente e induziriam ao desenvolvimento do País. Há casos em que isso acontece e em outros, não. No mercado financeiro brasileiro, pode ser observado no desempenho da BM&FBOVESPA, que é privada, que se autorregula e negocia dezenas de bilhões de Reais diariamente com eficiência e segurança. É incontestável, é uma demonstração de que o livre mercado pode funcionar bem.

É fato, a intermediação de ativos futuros no Brasil é um exemplo em que todos ganham; também é fato que a de financiamentos ilustra o oposto, é disfuncional. É ineficiente, iníqua, opaca e faz com que o País pague o pato, usando o argumento do livre mercado, para justificar a lei da selva.

A BM&FBOVESPA só funciona bem porque, além de ser um mercado livre, também tem uma gestão proativa, transparência acentuada, controles rigorosos e milhares de regras atualizadas sistematicamente, pensadas para manter seu desempenho primoroso.

Não é o que acontece com a intermediação de financiamentos. É um vale-tudo, com regulamentação inadequada, em que cidadãos, empresas, governos e até banqueiros sofrem com a ineficiência do mercado com externalidades negativas para toda a sociedade.

O mercado de trabalho brasileiro é, em comparação com outros países, ineficiente, tem uma cunha fiscal elevada, rigidez na fixação de salários e pouca flexibilidade para ajustar a demanda à oferta de trabalho. Nesse sentido, a reforma trabalhista apresentada induz a uma maior produtividade do trabalho ao reduzir contingências para os empregadores e favorecer a mobilidade.

A reforma proposta flexibiliza as relações de trabalho, permitindo a terceirização, o banco de horas, o trabalho intermitente e a prevalência de acordos individuais, além de simplificar os processos de contratação e demissão. Também diminui contingências legais.

Note-se que o aumento da produtividade do trabalho e da eficiência do mercado de trabalho é uma condição necessária para mais empregos e salários maiores, mas não é suficiente. Depende da distribuição funcional da renda e da estrutura de cada mercado de trabalho.

A distribuição funcional da renda trata de como é apropriada a receita gerada pelos fatores de produção: trabalho, capital e governo, e repartida em salários, lucros, aluguéis, juros e impostos.

A questão da parcela dos trabalhadores acontece em dois momentos: no primeiro, é o quanto vai para juros, aluguéis e impostos, e a seguir, o quanto deve ser repartido entre salários e lucros, e isso depende da estrutura de cada mercado de trabalho.

As estruturas de mercado são modelos de como os mercados estão organizados. Cada uma destaca alguns aspectos essenciais da interação da oferta e da demanda, e baseia-se em algumas hipóteses e no realce de características

observadas em mercados existentes, tais como: o tamanho das empresas, a diferenciação dos produtos, a transparência e o acesso de novas empresas, entre outras.

A implicação mais importante de uma estrutura concorrencial é a de que a eficiência seja obtida. Mais especificamente, dentro do mercado de trabalho, significa um maior número de postos de trabalho oferecido e a remuneração equivalente à sua produtividade. Guardada as restrições, o mercado de trabalho americano atual tem características concorrenciais que tiram a importância de agentes protetores dos interesses dos trabalhadores.

Não é o que acontece em estruturas como os oligopólios e os oligopsônios, caracterizados pela existência de, proporcionalmente, poucos vendedores e poucos compradores. Em que o poder de mercado é baixo, no caso de trabalhadores, e o preço recebido é inferior à produtividade.

Um exemplo pode ser o da empresa que se instala em determinada cidade do interior e, por ser a única, torna-se demandante exclusiva da mão de obra local. Portanto, ou os trabalhadores empregam-se no monopsonio (apenas um comprador) com o salário oferecido, ou precisam trabalhar em outra localidade.

Há também o outro lado da moeda, quando os sindicatos atuam como monopolistas da oferta de trabalho em empresas com sindicalização total. Nesses casos, obtêm ganhos de curto prazo, sacrificando benefícios de longo prazo. Às vezes, impõem condições nos acordos coletivos que fazem empresas migrarem para outras localidades, como no caso da indústria automobilística no ABC paulista. O excesso de pressão dos sindicatos influenciou para que as empresas se mudassem para outras regiões.

A regulamentação da economia em geral e dos mercados, mais especificamente, tem que ser orientada por três objetivos: eficiência, equidade e estabilidade. A busca da eficiência também é conhecida como a função alocativa. A procura de uma equidade maior também é chamada de função distributiva ou inclusão social.

No Brasil, a qualidade da regulamentação é fraca, a concentração de renda é uma das dez piores do mundo, o crescimento é baixo e o desemprego alto, muito alto.

Parte dos problemas ocorre porque o quadro institucional e político brasileiro é obsoleto. A questão agora, objeto da última seção, é repensar o Brasil.

IV - O futuro do trabalho no Brasil

O mundo vive um momento de transformação semelhante à transição do final do século XVIII para o começo do século XIX, com o princípio da industrialização.

Na época, alguns representantes dos operários, denominados luddistas, tinham a preocupação louvável de preservar postos de trabalho e, assim, fazer com que os trabalhadores pudessem manter o seu modo de vida.

Com esse propósito, propunham a destruição das máquinas que causavam desemprego em uma Inglaterra que se industrializava. A nova tecnologia estava acabando com um modo de produzir de vários séculos; a máquina a vapor e o tear automático encarnavam a ameaça enfrentada na época.

Ao tentarem fazer justiça com as próprias mãos, muitos luddistas foram perseguidos, presos, deportados para a Austrália e alguns, inclusive, foram condenados à morte. O pior é que a luta foi contraproducente – tendo como objetivo o alvo equivocado, os trabalhadores perderam tempo e energia.

Nos primeiros cinquenta anos de industrialização na Inglaterra, os ganhos salariais foram insignificantes quando comparados aos ganhos de produtividade. Além disso, as condições de trabalho se deterioraram drasticamente. Apenas na segunda metade do século XIX é que os trabalhadores começaram a recuperar o tempo perdido, conquistando melhores condições de trabalho, salário mínimo, limitação do número de horas etc.

Atualmente, o Brasil também vive uma transformação drástica no mundo do trabalho, que exige uma mudança de atitude não só do governo, mas também dos trabalhadores, dos sindicatos e de todos os demais cidadãos. O quadro é grave, são quase 14 milhões de desempregados, aos que devem ser adicionados os subempregados e suas famílias.

As perspectivas são desalentadoras. A recuperação da economia é fraca, a distribuição funcional da renda desfavorece a remuneração do trabalho, o quadro institucional e a política econômica têm um viés concentrador e a oferta de postos de trabalho pode encolher no País em vez de se expandir.

As ameaças ao emprego e às atuais relações de trabalho vêm de três frentes: 1. o desemprego estrutural, que destrói e cria empregos e demandas, nem sempre no mesmo lugar, na mesma quantidade e com as mesmas características; 2. a exportação de postos de trabalho, por conta de uma abertura comercial, e uma adaptação interna inadequada; e 3. a destruição de empregos por conta da gestão macroeconômica.

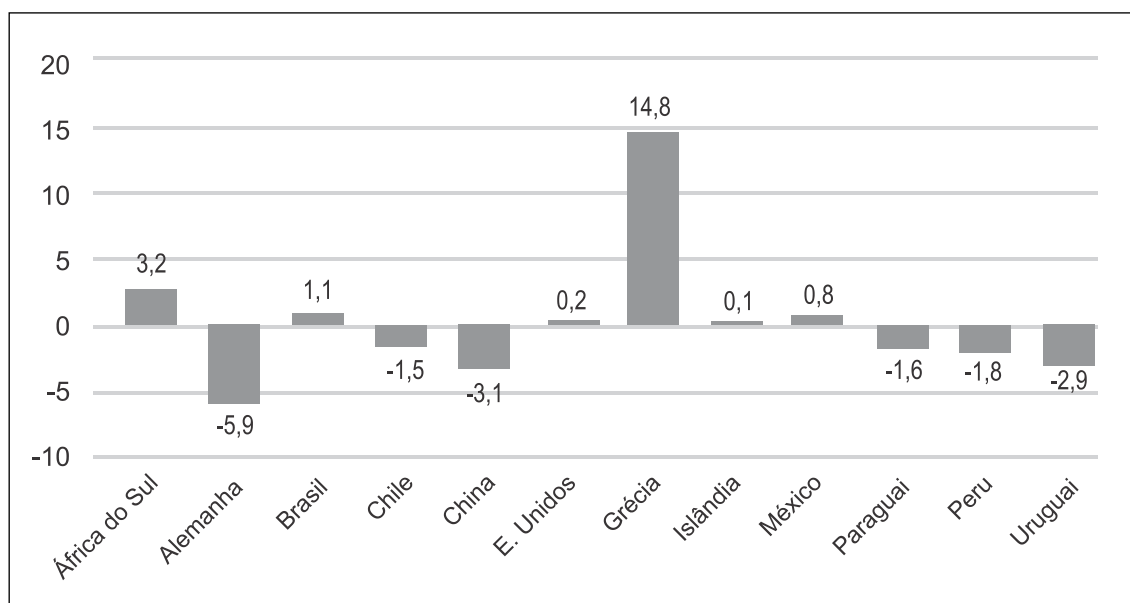
Note-se que o desemprego estrutural é um problema nacional e não mundial. Como se mencionou anteriormente, os empregos e os salários do setor de tecnologia nos Estados Unidos aumentaram mais de 20% após a crise mundial.

O Brasil exporta empregos para o Paraguai, quando empresas brasileiras se instalam lá e começam a exportar para cá, ou quando multinacionais escolhem construir suas instalações em países vizinhos como base para a América do Sul, em vez de ter sua sede regional no País.

A má gestão macroeconômica faz com que cada vez mais recursos do setor não financeiro sejam canalizados para pagar juros e impostos, em vez de serem direcionados para investimentos.

Note-se que os efeitos da tecnologia, da globalização e da gestão macro têm impactos diferentes nos países – enquanto alguns conseguem reduzir o desemprego, outros têm o resultado inverso. O gráfico abaixo mostra essa diferença.

Gráfico – Variação no desemprego em 10 anos

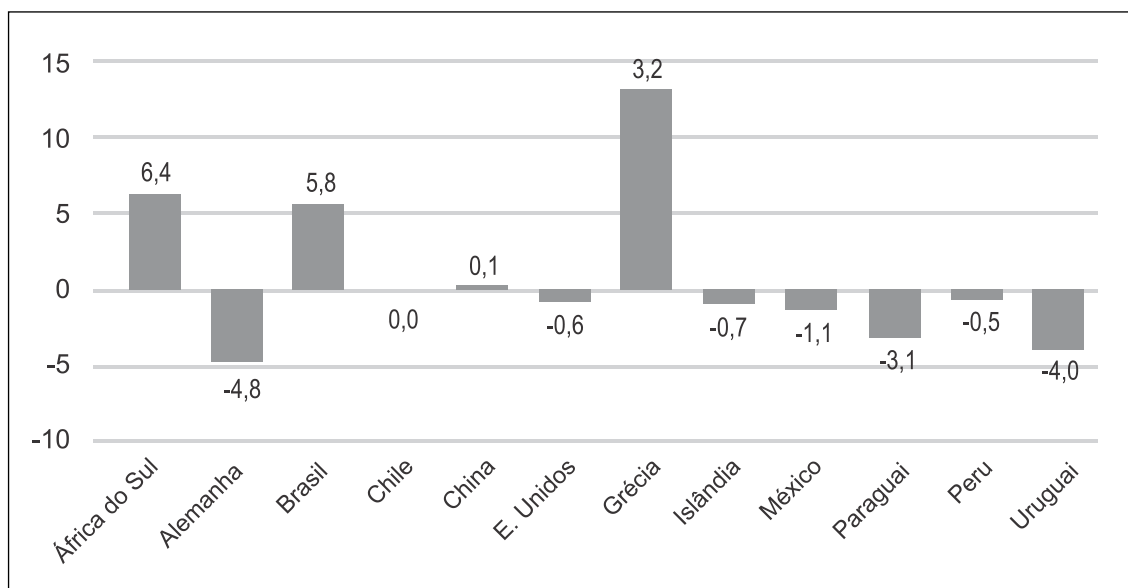


Fonte: FMI – 2006 a 2016

O período analisado mostra a evolução, desde um momento anterior à crise de Lehman Brothers até o ano passado. Cada caso tem suas particularidades e o emprego depende de vários fatores. Entretanto, os números mostram que algumas nações como Alemanha, Chile, China, Paraguai, Peru e Uruguai estão melhores do que antes. Já outras, como África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Grécia, Islândia e México, estão piores.

Se o horizonte for ampliado, os resultados são semelhantes. A Grécia aparece como a maior destruidora de postos de trabalho, seguida pela África do Sul e, em terceiro lugar, o Brasil. Fazendo uma média simples para todos os países da amostra, o resultado é que o desemprego não está aumentando, apresenta um leve viés de queda.

Gráfico – Variação no desemprego em 20 anos



Fonte: FMI – 2006 a 2016

No contínuo processo de transformação do trabalho, a tecnologia e a globalização destroem e criam empregos incessantemente. A chave do sucesso para aumentar o emprego e a sua remuneração em um determinado lugar está em cinco conjuntos de fatores: 1- a oferta de mão de obra adequada; 2- a produtividade do trabalho; 3- a elasticidade emprego-produto; 4- a estrutura do mercado de trabalho; e 5- o projeto-país.

Nesse ambiente em transformação, sindicatos também têm que reinventar seu posicionamento, sua representatividade e sua atuação, contribuindo para melhorar o emprego e suas condições, atuando ativamente nas cinco frentes acima mencionadas.

1- Oferta de mão de obra adequada

A demanda de trabalhadores está se transformando e exige qualificações diferentes, mais analíticas e especializadas. Elas são ofertadas cada vez mais sem um lugar de trabalho fixo, à distância e de maneira intermitente. Isso faz com que a concorrência pelos postos de trabalho tenha um componente global cada vez mais forte.

Países com mão de obra mais qualificada têm uma vantagem competitiva considerável. Nem todos os empregos são exportáveis, mas o treinamento de habilidades específicas para o preenchimento das oportunidades existentes exige um monitoramento contínuo e detalhado das qualificações da mão de obra demandada e a oferta de treinamento.

Nesse sentido, os sindicatos podem desenvolver um setor de inteligência competitiva de qualificações demandadas e treinamentos ofertados. O objetivo é diagnosticar oportunidades de trabalho, fornecedores de qualificações e debilidades na oferta de treinamentos específicos.

Isso exige um banco de dados que contenha informações sobre as qualificações dos trabalhadores – sindicalizados ou não –, postos de trabalho e suas alterações (destruições e criações), além de possíveis oportunidades.

O sindicato faria o match making (conectar ofertas e demandas) e também apontaria deficiências de ofertas de treinamentos. Essa ação de inteligência competitiva ajudaria a cobrir lacunas de qualificação mais rapidamente, e, como mencionado abaixo, melhoraria a eficiência e a transparência do mercado de trabalho.

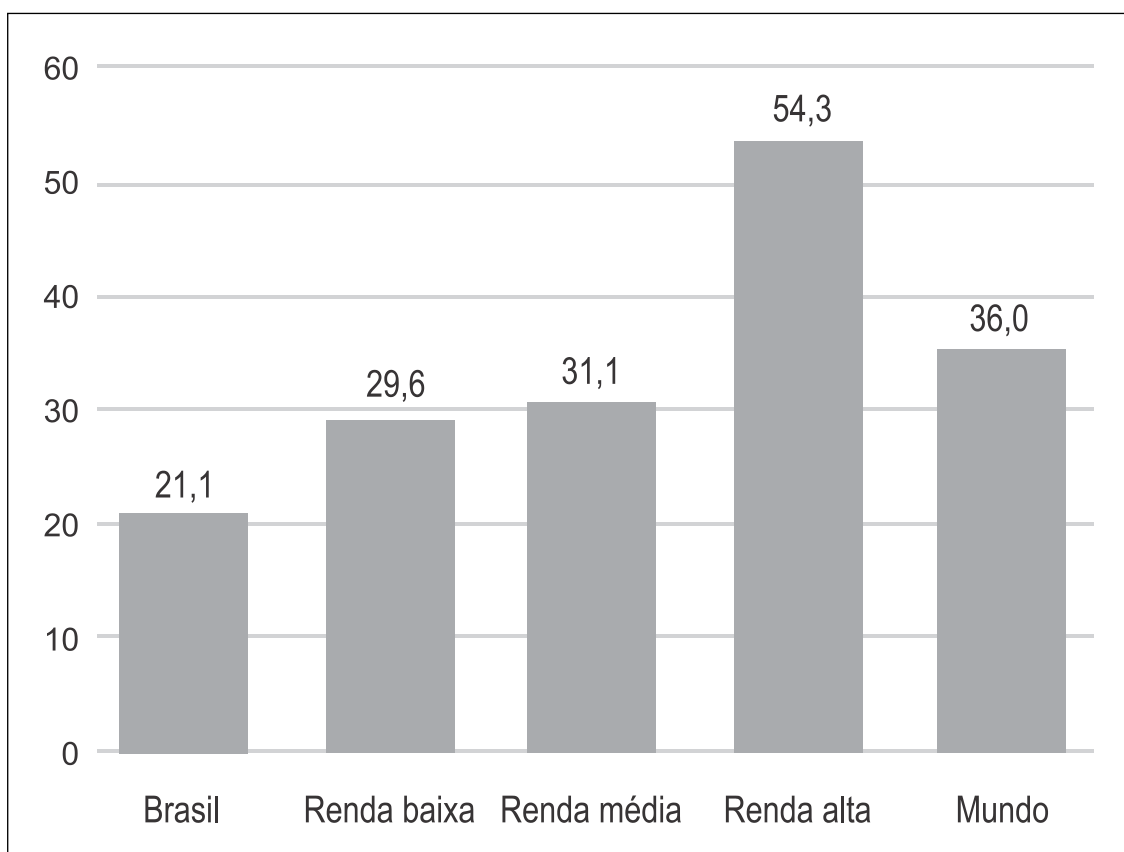
A atividade serviria para os trabalhadores canalizarem seus esforços, focando em aumentar sua empregabilidade e remuneração. Além disso, a atividade ajudaria as empresas a terem uma mão de obra mais adequada e as instituições de treinamento poderiam adequar a oferta de seus serviços às demandas da comunidade que atendem.

2- Produtividade do trabalho

De maneira geral, a produtividade do trabalho aumenta quando o investimento em capital for maior. Quanto mais se investir em máquinas, treinamento e eficiência institucional, maior será o produto por trabalhador e melhores serão as oportunidades de remuneração, o que nem sempre ocorre.

Nesse sentido, na formulação do projeto-país, algumas distorções podem ser corrigidas. Uma delas é a visão de que o consumo induz o crescimento, em vez de focar em poupança e investimento como motores do desenvolvimento de um país. O Brasil poupa pouco para seu nível de renda.

Gráfico – Poupança % PIB



Fonte: Banco Mundial

Os números apresentados pelo Banco Mundial têm duas informações importantes para a política pública: que quanto mais se poupa a médio e a longo prazos, mais se cresce; e que o Brasil poupa pouco. Com isso, sua capacidade de investir e crescer fica consideravelmente limitada.

Uma segunda ação importante é induzir um maior investimento em capital. Nesse sentido, a China é um exemplo a ser copiado, no que se refere à competitividade tecnológica. Os chineses têm políticas para eliminar barreiras para novas tecnologias, como regras para acelerar a depreciação de investimentos em tecnologias mais avançadas e/ou facilitar o mercado de máquinas usadas para ajudar em sua reposição por equipamentos novos.

Um ponto no qual os sindicatos atuaram negativamente – e que deveria ser repensado – diz respeito a algumas exigências que diminuíam a produtividade do trabalho a fim de favorecer o emprego.

Sem entrar em pormenores, um exemplo ilustrativo é a insistência em se manter cobradores nos ônibus, quando avanços tecnológicos os tornaram redundantes e um custo para toda a sociedade, que poderia ser evitado.

Nesse sentido, a ênfase dos sindicatos deve se concentrar em analisar como é possível auferir e transferir os ganhos de produtividade – e não os impedir e, ao mesmo tempo, aumentar a empregabilidade dos cobradores em outras funções.

O crédito para as micro e pequenas empresas no Brasil, que são as que geram mais empregos por unidade de capital, é caro, escasso e curto – em média, as concessões custam mais de 100% ao ano. Uma modernização na intermediação financeira teria impactos polpidos no investimento, no crescimento e no emprego.

3- Elasticidade emprego-produto

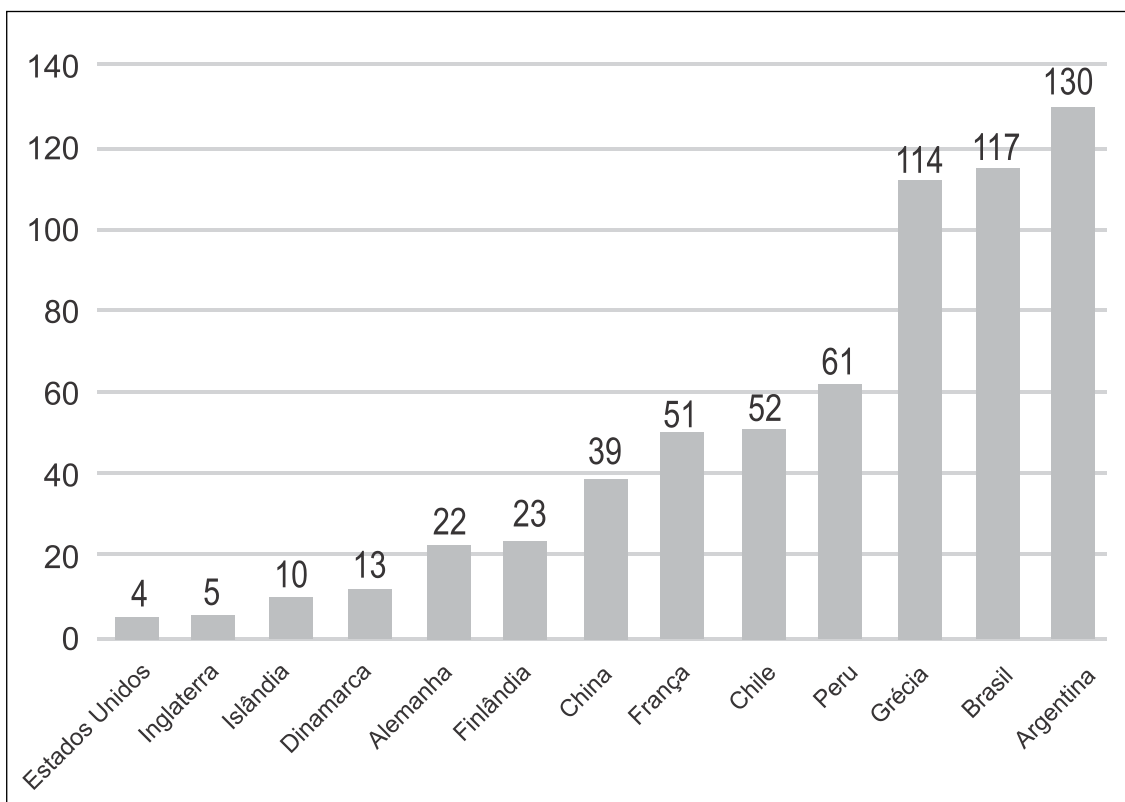
Esse coeficiente mede a variação no emprego dada a variação no produto. Ilustrando que o PIB cresça 2,0% e o emprego 0,8%, seu valor é 0,4%, que é o resultado da divisão de 0,8% por 2,0%. Avaliar essa elasticidade é uma tarefa complexa, porque inclui a questão de expectativas, defasagem, taxa de desemprego e produtividade marginal do trabalho.

Sobre o ponto de vista do emprego, é conveniente que a elasticidade emprego-produto seja baixa num momento que a economia está se retraindo (minimizando o desemprego) e elevada, quando o PIB está se expandindo.

No último relatório de competitividade global do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum 2016-2017), o Brasil aparece em 81º lugar, entre 138 países analisados. No quesito mercado de trabalho, o País figura na 117ª posição. Comparativamente, somos um mercado ineficiente, com restrições institucionais e tributações que atrapalham a geração de novos postos de trabalho.

O gráfico abaixo mostra o ranking de alguns países na classificação. Em uma amostra selecionada de forma aleatória, os países com melhor posição são os que têm menos desemprego e mais crescimento.

Gráfico – Classificação na eficiência do mercado de trabalho



Fonte: Banco Mundial

No atual momento do Brasil, em que a economia está se recuperando e a composição do mercado de trabalho está aumentando, é conveniente que esse coeficiente aumente. Nesse sentido, alguns itens da reforma trabalhista, não todos, podem contribuir para elevá-lo e com isso melhorar o emprego. A questão é a escolha criteriosa do que convém e do que não em uma reforma da legislação trabalhista.

Note-se que uma elasticidade alta faria com que a recuperação do emprego fosse célere. Já uma baixa faria com que o desemprego elevado permanesse assim por muito tempo, com danos irreparáveis para muitos.

4- Estrutura do mercado de trabalho

É sedutor o discurso de que a livre negociação vai melhorar o cenário do emprego e o bem-estar dos trabalhadores, todavia, não necessariamente vai levar a uma situação melhor.

O fato de ser um mercado mais livre, não o vai tornar mais eficiente. A comparação acima, entre a BM&FBovespa e o mercado de crédito no Brasil,

mostra como gestão proativa, transparência acentuada, controles rigorosos e regras atualizadas sistematicamente podem fazer um mercado trabalhar de forma mais eficiente, ajudando empregadores e trabalhadores a terem relações mais sólidas.

Considerando que trabalho a distância e fragmentado torna os mercados em monopsônios e oligopsônios, onde compradores fixam as condições, torna-se necessária a fixação de salvaguardas para sua eficiência, em que os sindicatos podem ter um papel importante, evitando abusos do poder de mercado, dando transparência aos trabalhadores e empregadores.

A atuação dos sindicatos tem que ser modernizada, não abolida ou apenas reduzida.

Nesse sentido, a proposta de um centro de inteligência competitiva trabalhista, como levantado acima, ajudaria no monitoramento das condições de trabalho, informando aos trabalhadores as remunerações e as condições para cada tipo de atividade.

Podem influir na padronização de contratos e na fiscalização do cumprimento das condições divulgadas.

5- Projeto-país

Tanto por razões históricas quanto por uma atitude complacente, a sociedade civil brasileira, incluindo os sindicatos, delegou a política econômica exclusivamente para os políticos, abdicando de sua responsabilidade nata. Tradicionalmente, o papel das associações empresariais e dos trabalhadores no Brasil é fazer apenas reivindicações específicas.

De maneira esporádica, industriais solicitam medidas do governo como desonerações, créditos subsidiados e desvalorizações da moeda, que melhoraram suas condições competitivas a curto prazo. Algo semelhante ocorre com os sindicatos, quando eles reivindicam apenas melhorias imediatas.

Urge que a cidadania defina quais políticas devem ser adotadas e cobre a sua execução aos políticos. Para um crescimento vigoroso, é imperante ter uma agenda de reformas mais ambiciosa. As propostas apresentadas até agora tratam apenas parcialmente das reformas previdenciária e da trabalhista. Além de aprimoramentos nessas duas, é possível avançar em outras reformas de suma importância, como a administrativa, a bancária, a cambial, a fiscal, a do judiciário, a tributária e a política.

Mais do que se preocupar apenas com a solvência do Estado brasileiro, é preciso elaborar um projeto que induza um crescimento sustentado e uma melhora no emprego. É evidente a necessidade de uma estratégia a longo prazo para reduzir o problema de forma expressiva e rápida. Considerando a abundância de recursos existentes, os níveis de desemprego e de subocupação existentes no País são inaceitáveis.

A promoção do crescimento econômico decorre da necessidade – cada vez mais impreterível – de que a economia brasileira tenha um desempenho compatível com seu potencial. Somente uma retomada consistente e balanceada do crescimento viabilizará uma redução duradoura do desemprego, um aumento de oportunidades para todos os brasileiros e uma diminuição da vulnerabilidade financeira externa.

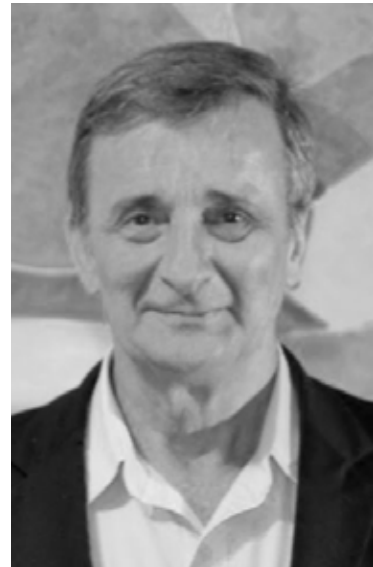
Um projeto-país deve promover o emprego e o crescimento, estabelecendo medidas para a redução do custo Brasil, o desenho de um quadro institucional apropriado aos novos tempos, uma inserção externa adequada, a qualidade de vida e a proteção social, políticas setoriais para as áreas agrícola, industrial, tecnológica, energética, financeira e educacional e uma redefinição do papel do Estado.

Não há um projeto de país, a política econômica é subordinada à dinâmica de Brasília e não aos interesses da Nação. A história brasileira é permeada de crises. Como consequência, a política econômica é voltada para administrar problemas, sem conseguir antecipar sua participação em um mundo que se transforma rapidamente e, cada vez mais, o Brasil encolhe sua participação no PIB mundial.

Um projeto Brasil consistente, com objetivos de melhorar o emprego, abrangente, viável e com uma quantificação realista de objetivos e meios para alcançá-los, ajudaria a reduzir o desemprego e a aumentar o crescimento rapidamente.

Fica a recomendação para a UGT da elaboração, divulgação e monitoramento da execução desse projeto, para o futuro de um Brasil consistente com a sua potencialidade e ambições cívicas da sua cidadania.

Essa publicação foi elaborada, a pedido do Instituto de Altos Estudos da UGT, por Roberto Luis Troster (robertotroster@uol.com.br), sócio-fundador da Troster & Associados. Economista (prêmio Gastão Vidigal) e Doutor em Economia pela USP, foi economista-chefe da FEBRABAN e da ABBC e professor da USP e da PUC-SP. Pós-graduado em Banking pela Stonier School of Banking, Troster é autor de livros e artigos e pesquisador da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. Presta consultoria para empresas, governos e instituições financeiras. A carteira de clientes inclui a CNI, o SEBRAE, o Banco Mundial, a Supervisão Bancária da Colômbia e o Fundo Monetário Internacional.





www.ugt.org.br



www.institutougt.com.br